



Número: **0813218-26.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2016**

Valor da causa: **R\$ 1000.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	LIDIANI MARTINS NUNES
AUTOR	ANA CRISTINA ALVES DA SILVA
RÉU	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3232280	16/03/2016 18:06	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
3232299	16/03/2016 18:06	<a href="#">ANDREIA DA SILVA DE SOUSA - CAUTELAR</a>	Memorial

anexo

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

**ANDREIA DA SILVA DE SOUSA**, brasileira, menor de idade, representada neste ato por sua genitora, a senhora **ANA CRISTINA ALVES DA SILVA**, brasileira, solteira, residente no Poço de Pedra, s/n, Mulungu/PB, CIC n.º 079.261.244.27, através de advogada(mandato anexo), com base nos artigos 839 e seguintes do Código de Processo Civil, artigo 6º, inciso VIII, 14, 20, 24, 25, 30, 84 do CDC, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor **AÇÃO CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO DE LIMINAR** Contra **VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 61074175/008201, com endereço na Avenida Epitácio Pessoa, n.º 723, Centro, João Pessoa/PB, expondo para tanto as razões de fato e de direito seguintes:

## DOS FATOS

O menor de idade sofreu acidente de trânsito em data de 25/03/2015, em Mulungu/PB, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma desta Capital, conforme prova o Boletim Policial em anexo.

O autor incorreu em seqüelas as quais para o recebimento do SEGURO DPVAT, necessário a realização de PERÍCIA JUDICIAL para a comprovação das seqüelas incorridas a este, motivo pelo qual, ajuíza a presente medida acauteladora para a realização de PERÍCIA JUDICIAL no autor, para que após a constatação e comprovação das respectivas lesões ajuizar ação principal de COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR DEBILIDADE.

## DO DIREITO

### Artigo 806 da Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

*Art. 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.*

### Artigo 807 da Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

*Art. 807. As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.*

*Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.*

### Artigo 808 da Lei nº 5.869 de 11 de Janeiro de 1973

*Art. 808. Cessa a eficácia da medida cautelar:*

- I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no art. 806;*
- II - se não for executada dentro de 30 (trinta) dias;*

*III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.*

*Parágrafo único. Se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.*

## **DAS JURISPRUDÊNCIAS DOS NOSSOS TRIBUNAIS:**

*TUTELA ANTECIPADA – Ação de obrigação de fazer – Plano de saúde – Liminar deferida – Verificação da subsistência dos pressupostos – Artigo 273 do Código de Processo Civil – Princípio da proporcionalidade aplicado – Multa adequadamente imposta, dada a natureza do pedido – Precedentes jurisprudenciais desta Corte – Decisão mantida – Recurso improvido. (TJSP – AI 132.490-4 – São Paulo – 6ª CDPriv. – Rel. Des. Munhoz Soares – J. 21.10.1999 – v.u.)*

*SEGURO-SAÚDE – DOENÇA PRÉ-EXISTENTE – CONTRATO – CDC – DANOS MATERIAIS E MORAIS – PROCEDÊNCIA – Os denominados seguro-saúde são contratos em que o garantidor da assistência se compromete cobrir as despesas que o segurado tiver que realizar para tratar-se das doenças que vier a ser acometido; é um contrato que não pode se afastar das regras do Código de Defesa do Consumidor, notadamente, quanto à fixação de cláusulas tidas como abusivas, como é o caso daquelas que excluem da assistência as enfermidades pré-existentes, em especial, quando ao admitir o segurado não se acautela, realizando exames clínicos, dentre outros, preliminares e necessários, para constatação daquelas que não aceita garantir. Pratica danos de natureza moral e material o plano de saúde que se comprometeu assistir o segurado em suas necessidade e quando ela acontece se recusa fazê-lo, sob alegação de doença pré-existente, impondo-lhe sofrimentos e vexames de toda ordem e obrigando-o a buscar outros recursos para curar-se. (TJMA – AC 013563/2002 – (42.865/2003) – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Stélio Muniz – J. 06.02.2003)(destaques).*

*CAUTELAR INOMINADA – PLANO DE SAÚDE – INTERNAMENTO – RISCO DE VIDA – DEFERIMENTO DE LIMINAR – REQUISITOS PRESENTES – MANUTENÇÃO – Enquanto se discute a abrangência da cobertura do plano de saúde, considerando o fumus boni iuris e o evidente risco iminente de ineficácia do provimento jurisdicional, caso procedente o pedido, é imperativa a concessão de liminar para assegurar o tratamento a conveniada. (TAMG – AI 0352720-6 – (51305) – Uberaba – 3ª C.Cív. – Rel. Juiz Duarte de Paula – J. 06.02.2002)*

*41003879 – PLANO DE SAÚDE – DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES – CAUTELAR INOMINADA – CONCESSÃO DE LIMINAR – Presença do fumus boni iuris e do periculum in mora na concessão da liminar. A exclusão da cobertura da doença por ser preexistente é questão de mérito da ação ordinária. Ratificação da liminar concedida. (TJBA – AC 1.583-8/01 – (9751) – 2ª C.Cív. – Rel. Des. Conv. Renato Ribeiro Marques da Costa – J. 16.04.2002)*

*128001662 – PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDIDA CAUTELAR – PLANO DE SAÚDE – SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA – DÚVIDAS QUANTO AO ALCANCE DE CLÁUSULA CONTRATUAL – CARÁTER EMERGENCIAL DA MEDIDA – Preliminar de Extinção da Medida Cautelar ante a seu caráter satisfativo. Rejeitada à unanimidade. A recorrida é pessoa idosa, requerendo tratamento de radioterapia em caráter de urgência, sob pena de sério risco de morte. A concessão do provimento liminar apenas possibilita à recorrida o tratamento ao qual precisa ser submetida, ficando para ação principal a discussão mais aprofundada acerca do alcance das cláusulas dispostas no contrato celebrado entre as partes. (TJPE – AI 59558-2 – Rel. Des. Jones Figueirêdo – DJPE 07.06.2002 – p. 107)*

*CAUTELAR INOMINADA – PLANO DE SAÚDE – EXAMES PRÉVIOS – EXCLUSÃO – Incumbe às empresas*

*que exploram plano de saúde a realização de exames prévios à contratação para aferição de doenças pré-existentes no segurado, sem os quais não poderá escusar-se de arcar com as despesas médicas advindas do tratamento reclamado por seu associado. (TJBA – AG 18.494-1/00 – (20.505) – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Carlos Cintra – J. 29.05.2002)(Destaquei).*

**DOS REQUERIMENTOS:**

Requer, que seja então **citada a empresa ré**, na forma da Lei, via oficial de justiça (artigo 221, I CPC), para responder, querendo, aos termos da presente, no prazo legal, sob pena de se presumirem como válidos, todos os fatos alegados(artigo 285 e 319 do CPC).

Requer, finalmente, seja permitido aos Srs. Oficiais de Justiça na realização das diligências, caso seja necessário, utilizar-se da faculdade contida no § 2º, do art. 172, do Código de Processo Civil.

Por ser o autor pobre no sentido legal do termo, requer deste Juízo os benefícios da **Assistência Judiciária** nos termos da Lei 1060/50, conforme declaração anexada.

Requer ainda a **PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DA EXORDIAL em todos os seus termos.**

Protestando e desde já requerendo provar o alegado por todos os meios de provas amparados no Direito, sem exclusão de nenhum, dentre eles por prova pericial, testemunhal e documental, inclusive com a juntada de novos documentos e depoimento pessoal do representante da ré, sob pena de confissão.

Compromete-se a autora a ajuizar a ação principal competente no prazo de **30 dias após a efetivação da medida**, onde serão discutidas o direito a ser perquirido do DPVAT.

Distribuída, registrada e autuada, atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000,00(mil reais), para efeitos fiscais e de alçada.

Pede juntada e deferimento.

João Pessoa(PB), 16 de março de 2016.

**LIDIANI MARTINS NUNES**  
**OAB/PB N.º 10244**